

JUSTIFICATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DE BENS MATERIAIS E IMATERIAIS QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP.

Anderson Mariano, José Roberto Fernandes Castilho, Fernanda Correia Silva – Planejamento Urbano e Regional – Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

A Constituição Federal em seu art. 182/§ 1º estabelece a obrigatoriedade do Plano Diretor a toda cidade (leia-se Municípios), com mais de vinte mil habitantes. Sendo este um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

O Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001) regulamentou o artigo acima descrito estabelecendo o prazo de cinco anos a partir de sua vigência, para que os Municípios abrangidos pela Constituição Federal (no que diz respeito ao art. 182/§ 1º) elaborassem e aprovassem seus respectivos Planos Diretores.

De acordo com dados obtidos no IBGE a população do Município de Pirapozinho/SP é de 22.104 habitantes, isto significa que o Plano Diretor deve ser elaborado, e aprovado na Câmara Municipal até outubro deste ano de 2006.

Caso não seja realizado o mínimo exigido pelo Estatuto da Cidade, o Chefe do Executivo será acusado de improbidade administrativa.

Visto a proximidade do prazo fatal, alunos e professores da UNESP - FCT - Campus de Presidente Prudente foram contratados pela Prefeitura Municipal de Pirapozinho, para a elaboração do seu respectivo Plano Diretor.

Tal Plano deve-se adequar à realidade do Município, sendo de máxima eficácia sua aplicação em todo o tecido urbano. Seguindo esta premissa, alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Cartográfica e Geografia, foram selecionados para elaborarem o anteprojeto de lei da referida cidade.

Os objetos de estudo a serem contemplados foram definidos nos Eixos Temáticos, no qual o Patrimônio Cultural encontra-se inserido. Eixo este de minha responsabilidade, desenvolvido em conjunto com alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Geografia.

A metodologia empregada e os resultados obtidos serão descritos a seguir.

O Patrimônio Cultural, segundo definição da Constituição Federal em seu art. 216, é constituído por bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto. Ou seja, as áreas, edifícios, monumentos históricos, estilos arquitetônicos, ou conjuntos importantes para a memória do Município são bens materiais. Já as práticas, expressões, objetos, artefatos e lugares são considerados de natureza imaterial.

A procura por tais bens no Município de Pirapozinho teve por base entrevistas realizadas com antigos moradores locais. Estes forneceram informações além daquelas abordadas nos registros históricos do Município.

Depois de localizados, os bens de importância histórica, arquitetônica e geográfica foram visitados e fotografados. E por fim, as edificações com forte relação cultural no Município foram pré-selecionadas para que possivelmente suas características originais, ou parte delas, sejam conservadas.

Porém o julgamento do que se deve preservar não pode ser pessoal, é de fundamental importância ouvir a opinião de especialistas e primordialmente da população envolvida. Seguindo esta definição, foram feitas entrevistas com os antigos moradores do Município (como já foi dito), bem como reunião com o grupo de pesquisa.

Com relação aos bens imateriais, foram analisados as práticas, expressões, objetos, artefatos, e lugares que estão associados à comunidade. Tal pesquisa visa resgatar, incentivar e apoiar a sua conservação, bem como a sua continuidade (no caso específico das culturas tradicionais).

Para melhor compreensão do assunto a ser abordado, deve-se antes de tudo conhecer a história e o desenvolvimento do Município, tal relato será descrito de maneira breve a seguir.

Antes de Pirapozinho ser um vilarejo denominado “São João”, vieram para a região alguns pioneiros oriundos de Minas Gerais, Nordeste e de outras localidades do Estado de São Paulo, que aqui adquiriram sítios ou trabalharam na lavoura, que era a única fonte econômica ao lado da extração de madeira. Assim, Pirapozinho constituiu-se como um núcleo urbano ligado a Presidente Prudente, através da “picada” aberta no meio da densa mata, de propriedade dos Srs. Francisco Bertasso e Benedito Reis Barreiro.

JUSTIFICATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DE BENS MATERIAIS E IMATERIAIS QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP.

Anderson Mariano, José Roberto Fernandes Castilho, Fernanda Correia Silva – Planejamento Urbano e Regional – Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

No ano de 1933 foram vendidos os primeiros lotes. O Sr. Francisco Nanci comprou uma quadra e foi o primeiro morador do Patrimônio. Sua residência localizava-se onde hoje é o Posto de gasolina Texaco, na Rua Rui Barbosa nº. 1238, esquina com a Rua Francisco Bertasso.

Três anos após a fundação, o Patrimônio de São João se torna distrito de Paz, vinculado ao Município e comarca de Presidente Prudente (isso ocorreu em 26 de dezembro de 1936, pela lei nº. 2.794) a alteração foi possível devido à rápida colonização. O acesso fácil a Presidente Prudente, fator positivo para os sítiantes da região, acelerou ainda mais o desenvolvimento. Muitas famílias foram se agrupando, explorando o comércio e agricultura.

Em 24 de dezembro de 1948 a lei estadual de número 233, desvinculou o distrito de Pirapozinho de Presidente Prudente elevando-o a categoria de Município.

Enfim, este breve histórico demonstra a evolução de um simples núcleo urbano até a categoria de Município, tendo por base uma economia primária.

A cidade, a partir da década de 30, começa a se expandir em direção às Ruas Tiradentes e Rui Barbosa. A busca das edificações significativas para o Município deu-se a partir de tais vias, passando a seguir para suas adjacências.

Dentre as edificações identificadas, vale ressaltar que algumas foram encontradas fora da área sede do Município, é o caso da capela de Santo Antônio, próximo à divisa do Município de Anhumas, com suas características originais preservadas, principalmente no que se refere a sua planta original, obedecendo às características estabelecidas em projeto. E a casa sede da “Fazenda 14” (um casarão da década de 30 com grande parte de suas características originais preservadas).

Ambas as edificações possuem um alto grau de ligação histórica com o Município, a “Fazenda 14” mais especificamente, abrigou aproximadamente 140 famílias vindas de Minas Gerais e proximidades para trabalharem no cultivo de café. A casa sede desta fazenda foi erguida no ano de 1929, antes mesmo de Pirapozinho ser um pequeno vilarejo.

Entre as edificações pré-selecionadas para possível processo de preservação (localizados dentro da área sede do Município) destacam-se: a paróquia São João Batista (fundada por Dom Antônio José dos Santos em 19 de março de 1946); igreja de São Francisco (construída no ano de 1965 com auxílio do Pe. Hilário Pierik); E.E. Celestino Martins Padovan (prédio da década de 50, representativo no que tange a história escolar do Município); e por fim a estação ferroviária do Ramal de Dourados da Estrada de Ferro Sorocabana (inaugurada em 1958).

Outras edificações foram analisadas, porém, não incluídas no processo de preservação, pois estas apresentam um menor grau de importância histórica para o Município.

Entre os bens imateriais identificados destaca-se a FEJUPI (Festa Junina de Pirapozinho). Tal prática teve sua primeira realização formal no ano de 1987. A festa objetiva homenagear o Santo Padroeiro do Município São João Batista, bem como propiciar o resgate das tradicionais festas juninas interioranas. Durante o evento, o público estimado é de mais de 100.000 pessoas da região e estados vizinhos.

Conclui-se, portanto, que os recursos materiais, assim como todos os elementos que compõem uma totalidade do Patrimônio Cultural, devem ser conservados, pois se um deles não é guardado, o conjunto se desarmoniza e se desequilibra.

Porém, foi constatado no Município uma falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação dos elementos que compõem o Patrimônio Cultural, dentre as edificações visitadas, a grande maioria dos proprietários demonstraram-se contrários a medidas de conservação.

Visto a necessidade de se preservar tais edificações, o grupo de pesquisa sugeriu a criação de um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (CPPC), o qual é uma instância responsável pela gestão no planejamento e na fiscalização das ações públicas de preservação.

Este Conselho irá proteger o Patrimônio Cultural mediante entrevistas, inventários, registros, vigilância e tombamento (com relação aos bens de natureza material). A edificação não pode ser destruída e qualquer intervenção deve ser autorizada e analisada.

JUSTIFICATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DE BENS MATERIAIS E IMATERIAIS QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP. Anderson Mariano, José Roberto Fernandes Castilho, Fernanda Correia Silva – Planejamento Urbano e Regional – Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

Tais ações visam manter a edificação com as suas características originais preservadas, pois como dizem sabiamente os moradores mais idosos: “*um povo sem memória é um povo sem história*”.

Somente através da experiência adquirida há tempos atrás, podemos compreender melhor o futuro. E a partir da preservação de bens materiais e imateriais significativos, o Patrimônio Cultural será mantido, garantindo assim, às futuras gerações o encontro com a sua própria história.

Referências Bibliográficas

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GOMES, Maria Teresinha Serafim. **Pirapozinho: uma contribuição ao estudo da expansão da malha urbana**. 1997. 62 f. Relatório (das atividades desenvolvidas durante a vigência da bolsa PAE) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 09 out. 2006.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Primeiros Passos, c. 51).